

Deslocamentos coloniais em Tete, Moçambique: cruzando fontes escritas e orais.

Fernanda Gallo, UNICAMP¹

RESUMO: Discutindo casos de deslocamentos populacionais na Província de Tete-Moçambique, durante o período tardo colonial, o texto indica possibilidades de pesquisa através do diálogo entre fontes escritas e orais, entre história e antropologia. A ideia é analisar o deslocamento, deslocando também os campos disciplinares.

Palavras chave: deslocamento populacional, deslocamento epistemológico.

Deslocamentos coloniais em Tete, Moçambique: cruzando fontes escritas e orais.

Todo moçambicano é um potencial contador de sua própria história. A história recente de Moçambique: do colonialismo à luta pela independência, passando pelas invencionices do período socialista, como a criação do homem novo, até a nova era do desenvolvimento global, marcado por *power points* em hotéis luxuosos, é algo copiosamente presente na vida de muitos moçambicanos. Seria um incrível desperdício escrever sobre o passado recente da chamada pérola do índico, restringindo-se as fontes escritas e rejeitando as múltiplas narrativas a serem contadas.

Essa, sem dúvida, é uma provocação aos historiadores nos quais me incluo. No entanto acredito que há muito a historiografia ultrapassou a ideia da primazia sobre as fontes documentais escritas. Mesmo o diálogo interdisciplinar entre a história e a antropologia tem avançado. Basta lembrar que o historiador Robert Danton e o antropólogo Clifford Geertz ministraram, durante dez anos, um curso conjunto que trabalhava a relação entre suas disciplinas (Schwarcz,2005). Sidney Mintz e Eric Wolf renomados antropólogos norte-americanos trabalharam por muito tempo em pesquisas sobre sociedades camponesas nesta perspectiva histórica-antropológica. Carlo Guinsburg propôs uma micro-história ao trabalhar com objetos entendidos como próprios da antropologia, a exemplo da feitiçaria e cultura popular (Guinsburg, 1991).

¹ Historiadora, Mestre em Estudo Étnicos e Africanos, Doutoranda em Antropologia Social. Bolsista FAPESP.

Jonh e Jean Comaroff (2010), prevendo uma sinfonia entre textos e contextos, afirmam que aliar a história e antropologia é tentar evitar que se fabriquem etnografias para o mundo das “comunidades tradicionais” e que se faça história para o “mundo moderno”.

Exemplos não faltam, Luís Nicolau Parés (2006) dedica-se com igual afinco e profundidade às fontes escritas sobre a formação do candomblé *jêje*, assim como descreve rituais em dois terreiros *jêje* baianos, o *Bogum* de Salvador e o *Seja Hundé* de Cachoeira, no Recôncavo baiano. Sua sofisticada análise permite compreendermos o candomblé, e sua dinâmica identidade, desde o colonialismo até os dias atuais. Já aterrando em Moçambique, o antropólogo Stephen Luebkekmann (2004) reflete sobre a migração rumo a África do Sul, na década de 1990, buscando entender os sentidos e significados desta prática no contexto colonial. Sua vivência em Moçambique lhe mostrou que o passado é um excelente fornecedor de dados, imprescindíveis para uma análise do presente. Coisa que aliás, todo antropólogo deveria saber.

Luebkekmann analisou relatórios administrativos e construiu inúmeras histórias de vida, com homens do distrito de Machaze, província de Manica, que vivenciaram a experiência da migração. Na documentação identificou que a migração era motivada pela possibilidade de ganhos para o pagamento do *lobolo*, que sela a união das famílias através de diferentes compromissos, entre eles o chamado “preço da noiva”. Contudo, analisando diferentes relatos o autor identificou outras formas de interpretar a motivação para migrar. Segundo seus informantes, a migração, além de ser uma forma de escapar do *chibalo*, (trabalho forçado) fornecia novas possibilidades e oportunidades como, por exemplo, desafiar a autoridade social dos mais velhos. Migrar também era uma alternativa para se esconder da força e efeito do *uloj*, a feitiçaria. Neste caso, o local preferido de fuga era o trabalho nos subúrbios sul africanos, mais dispersos do que as minas, onde invariavelmente os trabalhadores seriam reconhecidos por seus compatriotas.

Esse cruzamento de fontes escritas com fontes orais tem se mostrado profícuo em minha pesquisa de doutorado. Em se tratando de processos de deslocamentos da Província de Tete-MZ, utilizar diferentes documentos coloniais promovendo um diálogo com as narrativas de pessoas que vivenciaram esses processos tem se

mostrado algo trabalhoso, mas bem interessante de se fazer. Neste texto tento demonstrar como isso é possível.

Importa salientar que a proposta da pesquisa, ainda em andamento, é abarcar experiências de deslocamento com motivações diversas e não, apenas, atreladas aos projetos de poder como os aldeamentos coloniais aqui descritos. Entende-se que na iniciativa de partir, projetos pessoais que podem incluir a procura de trabalho, prestígio, matrimônio, ou ainda, estratégias para a fuga da cobrança de impostos, trabalho forçado, feitiçaria, fome, casamento indesejado, pesam na decisão de sair “andando, à procura dessa vida”² como poetizou Sr. Sábado, morador de Changara Sede, Província de Tete.

Deslocamentos coloniais

Sr. Sábado, com cerca de 55 anos, morador de Changara Sede, província de Tete, após as saudações e apresentações habituais nos ofereceu água e uma agradável sombra embaixo da mangueira de seu quintal. Algumas vezes interrompemos nossa conversa por conta do barulho dos enormes caminhões carregados de madeira, riscando o asfalto rumo ao Zimbábue: “tudo derrubado pelos chineses, daqui uns anos não haverá uma árvore de pé em Moçambique” afirmou Sábado sob confirmação gestual dos outros presentes. Entre o silêncio de um e outro caminhão, quebrado apenas por sua criação de pintos, Sr. Sábado começou esclarecendo que:

Nós aqui no município de Changara somos vindouros, viemos de Macanga, meus antepassados migraram-se de Macanga para Chiuta, de Chiuta fixaram-se ao longo do rio Zambeze, nos vales do rio Zambeze, na procura de melhores condições de vida. Como Zambeze tem muita água, tem muitos vales, em todas as épocas, tem sempre cultura de comida, também a produção tabaco e a atividade pesqueira, criação de animais de grande porte, como bovinos, caprinos (...) Aí foram vindo até fixaram-se.³

² Entrevista realizada em 19/10/2014

³ Idem.

O pai do Sr. Sábado saiu do Distrito de Macanga, em Tete, para trabalhar como pedreiro na missão de Boroma, próximo a cidade de Tete, onde se casou e teve seu primeiro filho. Devido a *“perseguição por cobrança de impostos”* a família fugiu pra o Zimbábue, na altura Rodésia do Sul, e lá Sr. Sábado nasceu. Quatro anos depois, trabalhando em uma fazenda de brancos e desgostoso por estar fora de sua terra, o pai decidiu voltar, desta vez para o distrito de Marara, Tete, onde viveram na missão daquela localidade. Em Marara Sr. Sábado praticou a pastorícia e, por insistência de um padre grego, foi estudar. Como já tinha 14 anos, idade considerada avançada pelos portugueses, o padre falsificou um documento diminuindo sua idade para 10 anos. De lá retornaram a Boroma onde finalizou a quarta classe, limite estipulado aos indígenas. *“Então tínhamos que nos assimilar para continuar com os estudos... Então compramos a nacionalidade portuguesa, ficamos assimilados, muitos de nós para poder progredir tínhamos que fazer isso”*⁴. Assimilado, continuou seus estudos da quinta e sexta classe e fez uma formação na missão do Zóbuè, para se tornar professor na província de Manica, por onde permaneceu durante 4 anos.

No entanto, a guerra de libertação afetou Manica localizada na passagem para se chegar ao Sul do país. Além disso, com a população deslocada para os aldeamentos, a escola em que dava aulas se desfez, assim como os postos de saúde daquela região. Sr. Sábado foi dar aulas na cidade, mais protegida, e lá continuou seus estudos no período noturno. Porém, ao recusar mais uma transferência para trabalhar como professor no Zumbo, foi exonerado de suas funções e passou a trabalhar como contabilista de uma rede de armazéns localizada em Changara. No momento da independência esteve no Songo e depois disso, iniciou um negócio próprio na fronteira com o Zimbabué, por onde permaneceu durante nove anos mas, com o avanço da guerra dos 16 anos, foi forçado a voltar para Changara Sede sem nada.

A história de vida do Sr. Sábado indica diferentes trajetórias, no entanto sua fala manifesta noções de pertencimento e territorialização que em certas situações, como a nomeação de autoridade, demarcam fronteiras. Categorias como *vindouros* expressam a complexidade existente entre os que efetivamente são considerados do lugar e os que não são. Isso se tornou evidente no momento em que Sr. Sábado nos

⁴ Idem.

confidenciou sua recusa em atuar como líder comunitário já que, por não ter nascido naquela zona, não conhece os espíritos atuantes de lá.

Nota-se que não necessariamente nascer em um lugar implica em ser de lá. Sr. Sábado, por exemplo, nasceu no Zimbábue mas conclui que *“eu sou dessa província, a minha origem é a dos meus pais, não é? onde meus pais nasceram, os meus avôs nasceram fixaram-se, eu sou de Macanga, mas nunca pisei em Macanga. Sei disso que sou de Macanga porque meus pais disseram: nós somos oriundos de Macanga, e fomos andando, à procura dessa vida”*. Depois de conversarmos longamente sobre a falta de água em Changara e a epidemia de cólera que se aproximava com a época da chuva, Sr. Sábado confidenciou, que mesmo sem ter pisado no lugar que considera como seu de origem: *“sinto-me bem, estou, sou natural, estou em casa...”*. A casa reconstruída mentalmente depois de tantos deslocamentos, promoveu uma conjunção, ainda que discursiva, do ser e do estar.

Os aldeamentos coloniais a que Sr. Sábado fez referência foram instituídos pela administração portuguesa⁵, no início da década de 1960, para evitar o contato da população camponesa com as ideias nacionalistas, capitaneadas, sobretudo, pela Frente de Libertação Nacional (FRELIMO) na década de 1960. Entretanto, a propaganda colonial afirmava que o reordenamento populacional elevariam as condições de vida da população, através da implementação de programas de assistência. Tais benefícios mostrariam ao mundo, a um só tempo, as supostas vantagens do colonialismo e convocaria os habitantes locais a lutarem contra os “insurgentes” e a favor da continuidade colonial.

Somados aos aldeamentos, e na tentativa de postergar o próprio colonialismo, a administração portuguesa, em 1961, pôs fim ao Estatuto do Indigenato, trabalho forçado e das culturas obrigatórias. Mostrar ao mundo que apenas a categoria de cidadãos portugueses operava nas chamadas províncias ultramarinas, foi a tentativa de manter uma imagem de nação pluricontinental (Thomaz, 2012).

⁵ A iniciativa de aldear pessoas para barrar os movimentos de libertação foi uma tática usada desde 1949 pelos britânicos na região da Malásia. Neste período foram deslocadas 400.000 pessoas para as 400 “Novas Aldeias”. O mesmo sistema também foi adotado no Vietnã, pelos Estados Unidos em suas “aldeias estratégicas” (Coelho 1993: 168).

A região norte moçambicana foi o principal alvo da formação dos aldeamentos devido a suas inúmeras fronteiras, que poderiam servir (como serviram) de base para os grupos nacionalistas. Assim, entre 1964 e 1968 os aldeamentos concentraram-se, sobretudo nos distritos de Cabo Delgado e Niassa, criando uma espécie de cinturão ao sul da fronteira com a Tanzânia. Somente em Cabo Delgado, neste período, cerca de 250.000 pessoas foram deslocadas para 150 aldeias. Entre 1968-1971, com a Frente de Tete, aberta em 8 de março de 1968, a militarização da região se tornou evidente e o número de aldeamentos cresceu na mesma proporção. Calcula-se que no mínimo 50% da população de Tete tenha sido deslocada para os aldeamentos. (Coelho, 1993)⁶.

Ações Psico-Sociais como encontros nomeados *banjas*, exibição de filmes, distribuição de panfletos e outros objetivavam conquistar os aldeados. Atividades recreativas, aulas de higiene pessoal, de hábitos alimentares - incluindo a divulgação de novos pratos- monitoração de dieta, estímulo ao aumento de frequência escolar, ensinamentos de uma agricultura “racional”, campanhas profiláticas, divulgação de conhecimentos de puericultura, entre outros foram projetados. Técnicos sociais, agrários e médicos comporiam os quadros iniciais dos aldeamentos até que a própria população se ocupasse com a organização e manutenção das atividades.

Porém tais iniciativas, provavelmente não ultrapassaram o limite textual já que a real situação dos aldeamentos, que incluía tanto a falta de recursos como a dificuldade de acesso e circulação seguros no território. Além disso, a propaganda do “bem estar” pareceu indevido, já que inúmeros grupos fugiam antes e durante a implementação dos aldeamentos. Os motivos eram variados: falta de terras aráveis e água nos novos territórios, adesão aos nacionalistas ou ainda porque discordavam dos aldeamentos e se mudavam, muitas vezes, para os países limítrofes.

O descontentamento aparece, por exemplo, em um documento enviado pelo administrador do Posto Administrativo de Chire, Niassa, ao Serviço de Centralização de Coordenação de informações de Moçambique. Neste, informa-se o mau andamento da cortagem do capim e paus, que deveria ser feito pela população para a construção de casas no aldeamento do Chantengo. Segundo relatado, o regedor Changata e

⁶ Argumenta-se que esta militarização propiciou uma cultura de violência cujos elementos puderam ser vistos nos conflitos pós-independência (Coelho, 2003).

também o regedor Chirombe não concordavam em se deslocar para o citado aldeamento e que provavelmente não o faria, nem tão pouco as suas gentes. O mesmo documento informa que o chefe de povoação Baulane, comunicou a fuga de cinco famílias das suas terras para o Malauí, fato que o próprio regedor desconhecia.⁷

Em Cahora Bassa, por exemplo, na regedoria Metape, fala-se em povoações revoltadas contra a ideia dos aldeamentos:

Para não serem aldeadas, alegam que: a) o administrador os quer meter nos “currais” para os poder matar de uma só vez, b) a dureza de trato do regedor, em que o Administrador confia e delega ordens para execução dos aldeamentos. Deste modo consta que estão a espera de terroristas que andam no mato, que prometem apoiar e a quem tencionam pedir para matar o regedor⁸

No entanto, a prática de negar os aldeamentos raramente era vista em profundidade e geralmente resumida a uma “reconhecida relutância das populações em se aldearem e que pode traduzir a instabilidade psicológica das mesmas”⁹

O local escolhido para os aldeamentos era feito a partir de uma leitura estratégica militar de guerra, desrespeitando, portanto, as lógicas locais de organização do espaço. As antigas formas de habitar e ocupar um espaço comum, deveriam ser substituídas através da “construção de vedações separatórias dos talhões residenciais e a substituição gradual das habitações circulares por casas rectangulares de maior área, compartimentadas e com melhores condições de arejamento e luminosidade”.¹⁰ Além do estímulo à construção de compartimentos para banho.

Sr. Cancune, com cerca de 80 anos,¹¹ que *dirige os espíritos do local* da sua terra, a Aldeia Cancune, localizada a 7 Km de Changara Sede, recorda-se do trabalho forçado na construção da estrada para o Barúe, o chicote disciplinador dos

⁷ Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. (Arquivo da Torre do Tombo). Documento avulso nº1641, de 26/10/1973.

⁸ Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. (Arquivo da Torre do Tombo). Relatório Imediato, Circunscrição Cabora-Bassa, nº1635, de 8/4/1971.

⁹ Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. (Arquivo da Torre do Tombo). Documento avulso nº1641, de 26/10/1973.

¹⁰ Desenvolvimento Geral da Região do Zambeze (Arquivo do Gabinete do Plano do Zambeze). Pasta 67, sem data.

¹¹ Entrevista feita em 19/10/2014, traduzida por Tomás Cebola.

portugueses, a guerra colonial e os conflitos dos 16 anos. Sobre os aldeamentos pontua que já na sua fase adulta:

vivia mais pra baixo, mas as pessoas ficaram cada vez mais próximas com a questão de aldeamentos, onde fizeram aqueles parcelamentos e punha-se espécie de marcos que eram pauzinhos para indicar que o quintal desse começa aqui e termina ali. E ali onde as pessoas ficaram mais aglomeradas mais próximas umas das outras, devido a questão da guerra colonial pois suspeitava-se que as pessoas estando dispersas, estando onde estavam, davam algum apoio aos soldados da FRELIMO que na altura eram chamados pelos portugueses de turras.

Em suma, a antiga terra constituída enquanto um espaço para a colheita, socialização, culto, casas, currais, árvores e animais foi substituída por um espaço cartesianamente dividida por pauzinhos, cercada de arame e circundada por minas terrestres. Soma-se a isso a falta de segurança uma vez que a comida insuficiente, obrigou os moradores a irem às antigas *machambas*, sob escolta militar, o que representava um grande risco de ataque.

O controle sobre as populações aldeadas também garantia o transporte de material para a construção da barragem Cahora Bassa. Tal empreendimento hidrelétrico deveria ser acompanhado por um colonato português no vale do Zambeze, projetado pela Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze (MFPZ), criada em 1957. Após a assinatura com o consórcio ZAMCO, o ministério do Ultramar criou, em 1971, o Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ) que substituiu o MFPZ. Vale lembrar que foi exatamente durante os anos 1960 e 1970 que Moçambique e Angola receberam o maior número de portugueses brancos (Lubkemann, 2004). Diferentes colonatos foram projetados como o de Chokwe ao sul, em Sussungenda ao norte, e ao longo do corredor Beira-Manica.

Para a FRELIMO, Cahora Bassa significava uma evidente aliança com o sistema do apartheid sul africano, uma vez que o consórcio ZAMCO garantiria uma fonte de energia para os países vizinhos, em troca de apoio militar para Portugal. Alagar 500 km de lago também era uma forma de impedir que a guerrilha baseada na Zâmbia e Malawi chegasse ao centro do país. A construção da barragem deslocou milhares de famílias e a própria energia que, através de torres de alta tensão, percorreu cerca de 1800 km até atingir, por exemplo as minas do *rand*. (Isaacman, 2005).

Até o último momento do colonialismo, a administração portuguesa alimentou um discurso de soberania pautado na “indefesa” condição da população local. Isso fica notório no Programa de Reestruturação Rural, previsto para o ano de 1974. O documento ressalta o protagonismo de Portugal na proteção dos povos moçambicanos, já que o objetivo imediato do programa era “subtrair as populações a um controle dos agentes da subversão, o qual é facilitado pelo seu “habitat” disperso, que não permite às populações oporem-se às exigências e determinações dos agentes que, por meio de acções violentas, as forçam à obediência”¹².

Semelhante a um campo de refugiados, a edificação dos aldeamentos resultou em sérios problemas de acesso aos recursos naturais, surtos de doenças, fome, e desestruturação social. Já mencionamos que a violência também foi um fato marcante na experiência dos aldeamentos. Por um lado, tais espaços foram criados para evitar a população do contato com os nacionalistas, por outro a concentração de pessoas facilitava o ataque dos próprios nacionalistas atrás de mantimentos, novos recrutas e mulheres.

Em 1974, já no fim da guerra, foram somados 953 aldeamentos em todo país, que juntos contabilizaram 969.396 moçambicanos, ou seja, cerca de 68% da população total. (Coelho, 1993: 207) Em suma, os aldeamentos em Moçambique ou as chamadas *sanzalas* em Angola e *tabancas* em Guiné foram “verdadeiros espaços concentracionários de produção de violência” (Coelho, 2003:179).

Estratégias de deslocamentos

Não obstante a administração portuguesa tentasse controlar a população moçambicana, (e também os próprios colonos brancos) estratégias diversas foram criadas para escapar do controle. Esse é o caso do: “africano que disse chamar-se Pazinge Liva, solteiro, de 25 anos de idade provável, trabalhador, filho de Liva e de Marosa, natural da província de Chinda, grupo de povoações Zacarias, regedoria Campine-Mandié-Barué, encontrado na área deste posto com uma caderneta de seu

¹² Desenvolvimento Geral da Região do Zambeze (Arquivo do Gabinete do Plano do Zambeze). Pasta 67, sem data.

irmão Cumbucane Liva, da qual arrancou a fotografia, afim de se esquivar da fiscalização das autoridades”. Isso em 26 de dezembro de 1966 segundo Antonio da Conceição Fernandes, guarda do Posto Policial da Carbonífera de Moatize¹³.

Neste exemplo podemos aferir que constrangimentos administrativos faziam parte do cotidiano dos indivíduos que procuravam se deslocar, fosse a trabalho, visita familiar ou outro motivo qualquer. Para se deslocar era necessário apresentar o guia de marcha produzido pela administração local onde o indivíduo se encontrava¹⁴. Além dos guias de marcha, boletim de identidade, havia o salvo conduto, que autorizava o indivíduo a circular durante, no máximo, 45 dias. Porém, possuía tais documentos somente os indivíduos que estivessem em dia com o pagamento de impostos, o que talvez não tenha acontecido com Pazinge Liva, que utilizou o documento do seu irmão para, de alguma forma, contornar o cerco da administração portuguesa

Outra estratégia utilizada para escapar do domínio português foi o refúgio em terras vizinhas. O refúgio foi praticado tanto por interessados em ingressar nas fileiras nacionalistas como por camponeses em seus projetos pessoais. Diante da incidência de casos, a administração portuguesa buscou estimular o retorno como podemos visualizar na carta de 11 de março de 1960, escrita pelo chefe do Posto Administrativo de Zóbuè em direção ao governador de Tete. Interessante notar o teor humanitário, complacente e persuasivo do documento para atrair os então indígenas:

“Como é do conhecimento de vossa excelência, existem no Nyassalande alguns milhares de indígenas portugueses que, por razões várias, ali se refugiaram, bem como alguns mistos e indianos que lá se encontram registados como indígenas. Segundo informações, muitos indígenas tem vontade em regressar à sua terra, mas muitas das vezes, com medo e receio de serem apanhados e castigados por terem fugido não o fazem. Aguardam a vinda dum ou doutro para verem o lhe pode suceder. Neste posto fronteiriço, que os indígenas desta área, dum modo geral, tem famílias no Nyassalande, torna-se necessário adoptar uma política de atracção, conjungando, por vezes, a nossa política com a política adoptada pelos ingleses, de modo que o indígena verifique e se compenetre de que não existe aquele terror que muitos apregoam e que os levou a fugir. Alguns indígenas portugueses, estabelecidos na Nyassalande, pretendem mudar para o nosso território, desde que sejam autorizados a instalar as moagens

¹³ Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social, Tribunais Indígenas Secção B (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete, Administração do Conselho de Moatize), cx. 33, 26/12/1966.

¹⁴ Curiosamente os guias de marcha ainda existem e são habitualmente exigidos para o trabalho, por exemplo, nas comunidades rurais.

ou os seus estabelecimentos nas mesmas condições em que se encontram em território inglês. Julgo que tal medida contribuiria não só para a mudança dos que ali se encontram estabelecidos, como dezenas, se não centenas, de outros que lá vivem e que não mudam por verem aqueles que estão estabelecidos não pretendem sair do Nyassalande¹⁵.

As autorizações de mudança de residência também demonstram a dinâmica das povoações. No entanto, se constituíam em uma praxe da administração colonial, diversos indivíduos se mudavam sem avisar. Uma série de documentos confirmam essa assertiva. Em 24 de abril de 1965 é declarado pela administração do Concelho de Amaramba, distrito do Niassa, ao Conselho de Moatize que o autóctone Tarcísio Mepucha foi recenseado, em 1959, na povoação de Inácio, grupo de povoações Calimgambe, regedoria de Catur, Niassa, mas desde então nunca mais se soube do seu paradeiro. No entanto Tarcísio foi apresentado a uma autoridade tradicional, provavelmente um régulo ou chefe de povoação para ser inscrito no recenseamento da Circunscrição de Mandimba, em Moatize, embora, segundo o administrador, Tarcísio “não justificou satisfatoriamente onde tem estado a viver nem o que tem feito”¹⁶.

Não se sabe porque Tarcísio saiu do Niassa para Moatize nem em que condições foi apresentado por uma autoridade tradicional para ser recenseado como alguém do lugar. Mas fontes como esta indicam que os deslocamentos e suas experiências foram diversas. Marione Folutia, por exemplo, foi detido em Moatize, vindo do Niassalandia terra de sua naturalidade. O motivo de sua prisão, segundo nos informa o administrador do posto de Caldas Xavier, em carta ao Concelho de Moatize, ocorreu pela falta de documentos com o agravante da prática de *actos de feitiçaria*, pois: “o referido indivíduo, que se inculca de “doutor” ao ser interrogado pelo signatário, respondeu que na sua terra está autorizado a exercer tal profissão,

¹⁵ Administração do Conselho de Moatize, Fomento – Secção D (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete), cx. 53, 11/03/1960.

¹⁶ Idem.

justificando a sua afirmação com o documento a exercer junto, passado, segundo diz, pela autoridade administrativa de Chikwawua”¹⁷

Os exemplos aqui apresentados, e muitos outros, nos contam histórias diversas de pessoas que, embora sob a égide de um sistema colonial controlador, inventaram formas de, alguma forma, se esquivar, amenizar ou se contrapor a um tipo de administração que não lhes contemplava e que olhava a dispersão, a que estavam habituados, como uma ameaça.

Considerações finais

No dia 29 de março de 1972 o Sr. Euclides Mendes Pinhal, então administrador do Concelho de Moatize, Distrito de Tete, Moçambique, em carta ao administrador do Posto Administrativo de Caldas Xavier informou que: “do plano de aldeamentos deste Conselho já estava prevista a deslocação da população da povoação *Machêdua* para o aldeamento do Cateme”. O documento detalha que a citada população *Machêdua*, a ser deslocada, era composta por 624 pessoas, categorizados como 137 homens, 187 menores de 18 anos (masculinos); 138 mulheres e 162 menores de 18 anos (feminino).¹⁸

Cateme é o exato local onde cerca de 700 famílias, provenientes das antigas comunidades Malabwé, Mithethe, bairros de Bagamoyo e Chipanga foram, no ano de 2009, reassentadas, em detrimento do megaprojeto de Carvão Moatize da mineradora brasileira Vale¹⁹.

Isso implica dizer que, o mesmo Cateme que reassentou 717 famílias, em 2009, foi um aldeamento colonial criado em 1971, na região do então Posto Administrativo Caldas Xavier. A mesma estrada de ferro que liga Moatize à Beira (alvo dos nacionalistas em 1972) foi interrompida na madrugada do dia 10 de

¹⁷ Administração do Conselho de Moatize— secção B, Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete) cx, 35.

¹⁸ Administração do Conselho de Moatize, Administração secção A: Serviços de Transmissões. (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete), cx. 1, 29/03/1972

¹⁹ A mineradora Vale venceu a licitação para o explorar parte do carvão de Moatize, em 2004. Os reassentamentos de 1365 famílias, ocorreram em 2009. Já as atividades de exploração do minério tiveram início em maio de 2011.

janeiro de 2012, por cerca de 600 reassentados do Cateme²⁰. Os moradores protestavam contra as condições de vida a que foram submetidos. Falta de terras aráveis, transporte até a vila de Moatize, e rachaduras das casas entregues pela empresa Vale, foram alguns pontos levantados pela população, que foi brutalmente reprimida pelas Forças de Intervenção Rápida (FIR).

Fontes documentais como a acima mencionada, juntamente as diferentes narrativas aqui expostas, evidenciam que a história de Moçambique, ao menos no que tange os deslocamentos forçados de sua população, se repete continuamente. Além das situações de calamidade, como as secas e as cheias que assolam o país, e das guerras da independência e dos 16 anos, grande parte dos moçambicanos tiveram que lidar com projetos de reordenamento que pouco dialogavam com suas formas próprias de estar no mundo. Este círculo vicioso que impele ao ato de partir e retornar, inspira a pensar os moçambicanos enquanto uma população com malas às costas.

Todavia, se as guerras, calamidades, reordenamentos coloniais, comunais e megaprojetos, a exemplo de Cahora Bassa e o atual carvão Moatize, obrigou parte da população de Tete a se mudar, ela também se mudou por desejo e estratégia própria. O pai de Sr. Sábado abandonou sua terra para tentar a vida no Zimbábue pois estava farto da cobrança de impostos. O próprio Sr. Sábado se recusou a trabalhar no Zumbo e se mudou para Changara, e depois para o Zimbábue, a procura de melhores oportunidades.

Mesmo durante a guerra de independência a família de Dona Filomena²¹, reassentada pela Vale no bairro do Cateme, vivia em uma localidade próxima ao povoado de Mitete e foi obrigada a se mudar para o aldeamento de Chipanga, a 7 Km de Mitete. Porém, assim que chegou ela e sua família recusaram o aldeamento Chipanga e se mudaram, até a altura da independência, para o bairro 6 na vila de Moatize.

O mesmo fez os regedores de Changara e Chirombe ao não concordavam em se deslocar para aldeamento colonial de Chantengo, na Província do Niassa. Em Cahora

²⁰ <http://www.dw.de/em-tete-reassentados-manifestaram-se-contr-governo-e-a-vale/a-15659793>

²¹ Entrevista realizada em 4/11/2014.

Bassa, na regedoria Metape, a população também se revoltou contra a ideia dos aldeamentos. Tarcisio Mepucha saiu do Niassa e foi recenseado em Moatize sem que a administração portuguesa soubesse como. Pazinge Liva trocou sua fotografia pela do irmão para se esquivar da fiscalização das autoridades e circular pelo território. Marione Folotia, se deslocou do Malauí para Moatize afim de exercer suas atividades espirituais, consideradas por ele como uma prática de “doutores” e pelos portugueses, como “feitiçaria”.

Esses são apenas alguns, entre milhares de exemplos, que nos mostram a natureza dinâmica dos processos de deslocamentos. Finalizo através de uma citação do grande escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa, que se refere ao contexto do socialismo pós-independência e, que aqui, tomo a liberdade de ampliar para os três últimos projetos de poder em Moçambique: o colonial, o socialista e atual desenvolvimentista. Me parece que todos eles nutrem um profundo desprestígio sobre as populações do campo, as considerando uma grande massa necessitada de ajuda e passível de ações reordenadoras: “O problema destes guerrilheiros é quererem colocar-nos todos no mesmo saco. O mundo é feito de sacos de diferentes feitios” (Ba Ka Khosa, 2009:82)

Documentos Primários

Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. (Arquivo da Torre do Tombo). Documento avulso nº1641, de 26/10/1973

Serviço de Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique. (Arquivo da Torre do Tombo). Relatório Imediato, Circunscrição Cabora-Bassa, nº1635, de 8/4/1971.

Desenvolvimento Geral da Região do Zambeze (Arquivo do Gabinete do Plano do Zambeze). Pasta 67, sem data.

Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social, Tribunais Indígenas Secção B (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete, Administração do Conselho de Moatize), cx. 33, 26/12/1966.

Administração do Conselho de Moatize, Fomento – Secção D (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete), cx. 53, 11/03/1960.

Administração do Conselho de Moatize– secção B, Curadoria e Negócios Indígenas Trabalho e Acção Social (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete) cx, 35.

Administração do Conselho de Moatize, Administração secção A: Serviços de Transmissões. (Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete), cx. 1, 29/03/1972

Entrevistas

Sr. Sábado, Distrito de Changara Sede, Província de Tete. 19/10/2014

Sr. Cancune, Aldeia Cancune, Distrito de Changara, Província de Tete. 19/10/2014

Tomas Cebola, Cidade de Tete, Província de Tete. 15/09/2014

Dona Filomena, Reassentamento do Cateme, Província de Tete. 4/11/2014.

Referências bibliográficas citadas

BA KA KHOSA, Ungulani. 2013. Entre as Memórias Silenciadas. Maputo: Alcance

COELHO, João Paulo Borges. Protected villages and communal villages in the Mozambican province of Tete (1968-1982): A history of state resettlement policies, development and war. Bradford: Universidade de Bradford (tese de doutoramento). 1993

COELHO, João Paulo Borges. 2003. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. Revista Lusotopie.

COMAROFF, Jean & COMAROFF, John. Etnografia e imaginação histórica. Tradução de Iracema Dulley e Olivia Janequine. In: *Proa – Revista de Antropologia e Arte* [on-line]. Ano 02, vol.01, n. 02, nov. 2010.

GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo. In: GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991

LUBKEMAN'S. 2004. "Reduzir o colonialismo à sua real dimensão: a migração internacional entre os moçambicanos do Cento-Sul", 1990-1999. In: CABRAL, João de Pina Cabral e CARVALHO, Clara (coord). *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais



ISAACMAN, Allen. 2005. "Displaced People, Displaced Energy, and Displaced Memories: The Case of Cahora Bassa, 1970-2004". *The International Journal of African Historical Studies* 38 (2): 201-238

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. *Novos estud.* - CEBRAP [online]. 2005, n.72, pp. 119-135.

PARES, Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp. 2006

THOMAZ, Omar Ribeiro. Lobolo e trabalho migratório: reprodução familiar e aventura no sul de Moçambique. In: *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos/organizador, Wilson Trajano Filho* – Brasília: ABA Publicações, 2012.